

Grupo Fiibo S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Ref.: Relatório nº 2456I-004-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo Fiibo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fiibo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Fiibo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

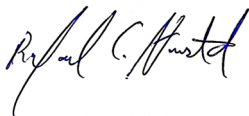
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

Grupo Fiibo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Não Auditado)	2023	2022 (Não Auditado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.869.951	1.607	9.630.368	727.849
Contas a receber	4	-	-	1.348.203	2.644.730
Tributos a recuperar	-	-	-	65.171	34.164
Adiantamentos	-	19.510	-	319.397	133.932
Outros ativos circulantes	-	17.060	-	56.515	105.831
Total do ativo circulante		8.906.521	1.607	11.419.654	3.646.506
Ativo não circulante					
Outros ativos não circulantes	-	389.324	-	389.324	-
Total do ativo não circulante		389.324	-	389.324	-
Investimentos	5	3.952.851	1.869.351	-	-
Imobilizado	6	105.298	-	2.107.067	2.002.063
Intangível	7	30.565	31.874	1.393.379	1.091.842
Total		4.088.714	1.901.225	3.500.446	3.093.905
Total do ativo		13.384.559	1.902.832	15.309.424	6.740.411

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fiibo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Não Auditado)	2023	2022 (Não Auditado)
Passivo circulante					
Fornecedores e Contas a pagar (operadoras)	8	38.362	606	1.550.081	2.560.837
Empréstimos e financiamentos	9	1.562.500	-	1.567.864	808.054
Obrigações trabalhistas e sociais		24.175	-	254.137	225.955
Obrigações tributárias		7.247	-	115.528	75.482
Outros passivos circulantes		28.154	-	88.852	148.049
Total do passivo circulante		1.660.438	606	3.576.462	3.818.377
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	937.500	-	937.500	965.941
Provisão para Perdas de Investimentos	5	14.335	-	-	-
Outros passivos não circulantes		333.946	12.000	357.122	65.680
Total do passivo não circulante		1.285.781	12.000	1.294.622	1.031.621
Patrimônio líquido					
	10				
Capital social		14.563.835	1.625.867	14.563.835	1.625.867
Reservas de capital		3.595.230	-	3.595.230	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	751.246	-	751.246
(-) Ações em tesouraria		(226.399)	-	(226.399)	-
Prejuízos acumulados		(7.494.326)	(486.887)	(7.494.326)	(486.887)
Total do patrimônio líquido		10.438.340	1.890.226	10.438.340	1.890.226
Participação de não controladores	-				187
Total do passivo e patrimônio líquido		13.384.559	1.902.832	15.309.424	6.740.411

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 (Não Auditado)	2023	2022 (Não Auditado)
Receita líquida	11	-	-	6.711.752	4.535.935
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	12	-	-	(2.076.628)	(767.816)
Lucro bruto		-	-	4.635.124	3.768.119
Despesas gerais e administrativas	13	(3.070.257)	-	(11.543.584)	(4.037.339)
Equivalência patrimonial	5	(4.308.530)	(486.887)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	(253.627)	80.696
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.378.787)	(486.887)	(7.162.087)	(188.524)
Receita financeira	-	479.333	-	629.526	42.421
Despesa financeira	-	(107.985)	-	(475.122)	(244.990)
Resultado financeiro		371.348	-	154.404	(202.569)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(7.007.439)	(486.887)	(7.007.683)	(391.093)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		-	-	-	(2.231)
Prejuízo líquido antes da participação de não controladores		(7.007.439)	(486.887)	(7.007.683)	(393.324)
Atribuível:					
Acionistas controladores da companhia		-	-	(7.007.439)	(486.887)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(244)	93.563
		-	-	(7.007.683)	(393.324)
Lucro líquido por ação		(0,48)	(0)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Não Auditado)	2023	2022 (Não Auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(7.007.439)	(486.887)	(7.007.683)	(393.324)
Total do resultado abrangente do exercício	(7.007.439)	(486.887)	(7.007.683)	(393.324)
Atribuível:	-	-	(7.007.439)	(486.887)
Acionistas não controladores	-	-	(244)	93.563
Participação dos Acionistas controladores da companhia	-	-	(7.007.683)	(393.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) do exercício	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	9.500	-	-	-	-	-	9.500	-	9.500
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(486.887)	(486.887)	-	(486.887)
Aumento de capital	1.616.367	-	-	-	-	-	1.616.367	-	1.616.367
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	751.246	-	-	-	-	751.246	-	751.246
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	1.625.867	751.246	-	-	-	(486.887)	1.890.226	-	1.890.226
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(7.007.439)	(7.007.439)	-	(7.007.439)
Constituição de reserva de capital	-	-	-	-	3.595.230	-	3.595.230	-	3.595.230
Integralização de capital	-	(751.246)	-	-	-	-	(751.246)	-	(751.246)
Aumento de capital	12.937.968	-	-	-	-	-	12.937.968	-	12.937.968
Constituição de ações em tesouraria	-	-	(226.399)	-	-	-	(226.399)	-	(226.399)
Transferencia de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.563.835	-	(226.399)	-	3.595.230	(7.494.326)	10.438.340	-	10.438.340

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fiibo S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de planos saúde	-	-	19.056.184	10.265.996
(+) Resgate de aplicações financeiras	18.284.832	-	37.968.091	11.227.817
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	27	-	5.981	558
(+) Outros recebimentos operacionais	3.155.398	64	7.040.326	1.060.063
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(2.185.872)	(23.174)	(16.842.225)	(8.154.754)
(-) Pagamento de comissões	-	-	(2.723.016)	(620.874)
(-) Pagamento de pessoal	(3.326)	-	(644.785)	(431.943)
(-) Pagamento de pró-labore	(132.144)	-	(433.790)	(315.308)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(6.044)	-	(2.166.749)	(148.033)
(-) Pagamento de tributos	(170.833)	(3.053)	(1.507.502)	(967.305)
(-) Pagamento de ações judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	-	(20.000)	(150.000)
(-) Pagamento de aluguel	-	-	(167.767)	(68.916)
(-) Pagamento de ações judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	-	-	-	(44.525)
(-) Aplicações financeiras	(18.373.051)	-	(37.404.479)	(11.847.614)
(-) Outros pagamentos operacionais	(11.755.894)	(1.311)	(16.381.189)	(1.864.910)
Caixa líquido das atividades operacionais	(11.186.907)	(27.474)	(14.220.920)	(2.059.748)
Atividades de investimento				
(+) Outros recebimentos das atividades de investimento	713.999	406.997	713.999	406.996
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(68.668)	-	(96.400)	(18.130)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(660)	-	(473.844)	(26.738)
(-) Outros pagamentos das atividade de investimento	(7.170.429)	(1.026.806)	(7.170.429)	(1.036.405)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(6.525.758)	(619.809)	(7.026.674)	(674.277)
Atividades de financiamento				
(+) Integralização de capital em dinheiro	17.500.000	1	17.510.000	1
(+) Recebimento - empréstimos/financiamentos	100.000	668.389	2.016.303	3.432.595
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	565.835	-	620.415	-
(+) Outros recebimentos da atividade de financiamento	29.400	12.000	5.731.234	465.192
(-) Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/ <i>leasing</i>	(100.000)	-	(100.000)	-282.643
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/ <i>leasing</i>	-	(32.500)	(2.105.657)	-580.275
(-) Pagamento de ações em tesouraria	(331.810)	-	(331.810)	-
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	-	-	(1.372.209)	-327.430
Caixa líquido das atividades de financiamento	17.763.425	647.890	21.968.276	2.707.440
Variação líquida de caixa	50.760	607	720.682	(26.585)
Saldo anterior	1.607	1.000	7.908	34.593
Saldo final	52.367	1.607	728.590	8.008
Ativos livres no início do período				
	-	-	720.047	123.062
Ativos livres no final do período				
	8.817.800	-	8.851.994	720.047
Aumento/(Diminuição) nas aplic. financ. - Recursos livres	8.817.800	-	8.131.947	596.985

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Grupo Fiiibo S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 41.976.934/0001-40, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC sob o NIRE nº 2330004901-2 com despacho em 23/12/2021 por meio do protocolo 21/182.760-6.

A Grupo Fiiibo S.A, tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividade de Holdings de instituições não financeiras.

A Grupo Fiiibo S.A, tem por modelo de negócios a constituição subsidiária e a participação no capital de outras sociedades, conforme Estatuto.

A Grupo Fiiibo S.A é Controladora das empresas do Grupo, sendo a Interbrasil Administradora de Benefícios de Saúde Ltda, administradora de benefícios, com 100% do Capital Social, Pacto Corretora e Apoio a Corretoras De Seguros Ltda, consultoria e corretora de seguros, com 100% do Capital Social e a Fiiibo Saúde e Bem Estar Ltda, empresa de tecnologia do grupo, também com 100% do Capital Social.

A atuação capitalizada da Grupo Fiiibo S.A, permite-lhe estar localizada em várias Unidades da Federação, permitindo-lhe pulverização de suas receitas recorrentes e maior previsibilidade de seu modelo de negócios.

A O Grupo Fiiibo S.A é uma Sociedade estruturada sob as melhores práticas de compliance e governança corporativa, tendo sua administração exercida por uma diretoria eleita pelos sócios fundadores.

Plano de continuidade dos negócios

A Fiiibo, em sua fase seed, encontra-se em um estágio de investimento intensivo, focado no desenvolvimento de soluções inovadoras no setor de saúde. É natural nesta etapa inicial que a empresa apresente queima de caixa, refletida nos prejuízos reportados em nosso balanço patrimonial. Este fenômeno é esperado e está alinhado com a estratégia de crescimento adotada.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que os aprovaram.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valores com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados com base em seu valor justo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de suas controladas conforme demonstrado a seguir:

Razão social	Controle	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Inter Brasil Administradora de Benefícios de Saúde Ltda	Direto	100%	99,99%
Fiibo Saúde e Bem Estar Ltda	Direto	100%	99,99%
Pacto Corretora e Apoio a Corretoras de Seguros Ltda	Direto	100%	0%

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora. O processo de consolidação contempla os procedimentos previstos na legislação societária brasileira, a seguir descritos:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

2.4. Moeda funcional

As transações incluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando sua titularidade é transferida, bem como seus riscos e benefícios. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e por suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A classificação dos ativos financeiros não derivativos no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros não derivativos são inicialmente reconhecidos e classificados na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado

As transações classificadas nessa categoria são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, essas transações são atualizadas pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As transações classificadas como custo amortizável abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e partes relacionadas.

Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar e partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor custo por meio do resultado, e posteriormente atualizados com o acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Políticas contábeis materiais

a) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão é realizada com base na expectativa de realização das contas a receber, levando em consideração os itens vencidos a mais de 180 dias somados a percentual de risco sobre os itens a vencer, respeitando as perdas esperadas, conforme definido pelo CPC 48. A política para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está descrita na Nota Explicativa nº4.

b) Investimentos

Os investimentos em empresas são contabilizados ao custo, ajustados com base no método da equivalência patrimonial após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro do resultado.

Está demonstrado a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde estão localizadas as pedreiras, calculados a valor presente.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que a vida útil do bem será estendida e que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas fiscais definidas pela legislação.

Os ativos são depreciados até seu valor residual, ou seja, o valor que a Companhia espera receber ao final de sua vida útil. As taxas de depreciação, calculadas com base na vida útil dos ativos, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

d) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido

e) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: **(i)** dificuldade financeira relevante do devedor; **(ii)** uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; e **(iv)** possibilidade provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

Os ativos financeiros são avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo não financeiro é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Companhia e suas controladas não realizou teste de recuperabilidade dos itens e unidades geradoras de caixa do ativo imobilizado e do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*"), por não ter identificado nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão de perda sobre seus ativos não financeiros em 2022.

f) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor de custo e em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

J) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e/ou dos prejuízos fiscais que poderão ser compensados ou reduzidos da base de cálculo. O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social deve ser reconhecido, desde que a Companhia tenha histórico de rentabilidade e que possa ser compensado futuramente.

k) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas para empresas investidas, quando controlada.

Venda de produtos e serviços

As controladas reconhecem a receita quando: **(i)** o contrato entre as empresas do grupo e os clientes estiverem aprovados; **(ii)** as empresas do grupo conseguirem identificar confiavelmente os direitos e termos de pagamento dos envolvidos; **(iii)** o contrato possuir substância comercial; e **(iv)** for provável que as empresas do grupo recebam a contraprestação de direito sobre os serviços prestados ou mercadorias transferidas.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

i) Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).
- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade.
- Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.
- Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (*).
- Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(*). Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

ii) Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*.
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores.
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”
- A Empresa não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, a partir das suas vigências.

A Empresa e suas controladas não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas, a partir das suas vigências.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)
Caixa e bancos	52.151	1.607	728.374	7.651
Aplicações financeiras (i)	8.817.800	-	8.901.994	720.198
Total	8.869.951	1.607	9.630.368	727.849

(i) A rentabilidade das aplicações acumulada no ano de 2023 foi de 99,56% do CDI.

4. Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Contratos estipulados	534.443	247.347
Contratos não estipulados	1.037.052	2.350.524
XP Administradora de Benefícios Ltda	238.422	-
Outros contas a receber	40	46.859
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(461.754)	-
Total	1.348.203	2.644.730

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Títulos a vencer		
Até 30 dias	1.191.477	2.398.087
Total	1.191.477	2.398.087
Títulos vencidos		
De 1 a 30 dias	127.717	15.811
De 31 a 60 dias	7.135	15.219
De 61 a 180 dias	21.874	62.061
Acima de 180 dias	461.754	153.552
Total	618.480	246.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(461.754)	-
Total	1.348.203	2.644.730

Perdas esperada com créditos

As perdas esperadas com créditos foram constituídas a partir do seguinte critério: com base em levantamento do faturamento dos últimos cinco anos, a fim de saber o percentual médio de inadimplência referente a cada ano e quanto é recuperado em média dos títulos vencidos a mais de 180 dias.

Fórmula: = **A – B + C**

Onde:

A = vencidos a mais de 180 dias;

B = valor histórico de recuperação de títulos vencidos a mais de 180 dias nos últimos 5 anos;

C = Valores históricos sobre os vencidos menores de 180 dias, baseado no percentual dos 5 últimos anos sobre o faturamento.

Movimentação da provisão para perda esperada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	
	232
Constituição de provisão	-
---Reversão de provisão	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	
	-
Constituição de provisão	505.816
Reversão de provisão	(44.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	461.754

5. Investimentos

% de participação	Interbrasil	Fiibo	Pacto	Total
	100%	100%	100%	
Capital social	2.068.156	647.779	10.000	-
Patrimônio líquido	3.474.390	478.461	(14.335)	-
Resultado do exercício	(2.627.427)	(1.602.375)	(78.915)	-
Total do ativo	3.474.390	478.461	-	-
Total do Passivo	-	-	14.335	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.325.352	543.999	-	1.869.351
Resultado da equivalência patrimonial	(2.627.427)	(1.602.375)	(78.915)	(4.308.717)
Aquisição de Participação Societária	133	54	-	187
Aumento de capital com recursos próprios	4.776.332	1.536.783	64.580	6.377.695
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.474.390	478.461	(14.335)	3.938.516
Investimento	3.474.390	478.461	-	3.952.851
Provisão para Perdas de Investimentos	-	-	(14.335)	(14.335)

(i) A aquisição de participação societária se refere a uma quota que Ítalo Martins de Oliveira detinha nas empresas Fiibo Saúde e Interbrasil Administradora.

6. Imobilizado

Composição e movimentação – consolidado

	Terreno e Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Veículo	Obras em Andamento	Total
Saldo no início do período	-	-	-	-	-	-
Custo	1.841.000	215.113	20.885	-	-	2.076.998
Depreciação acumulada	-	(74.935)	-	-	-	(74.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.841.000	140.178	20.885	-	-	2.002.063
Adições	-	148.633	-	-	-	148.633
Depreciação	-	34.595	-	-	-	34.595
Movimentação do exercício	-	183.228	-	-	-	183.228
Custo	1.841.000	363.746	20.885	-	-	2.225.631
Depreciação acumulada	-	(118.564)	-	-	-	(118.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.841.000	245.182	20.885	-	-	2.107.067

7. Intangível

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Software	79.730	111.829
Plataforma Fiibo	1.273.504	941.816
Outros intangíveis	40.145	38.197
Total	1.393.379	1.091.842

Movimentação do Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.091.842
Aquisição de software	-
Aquisição da plataforma Fiibo	532.421
Aquisição de outros intangíveis	9.109
Amortização de software	(29.833)
Amortização da plataforma Fiibo	(200.732)
Amortização de outros intangíveis	(9.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.393.379

8. Fornecedores e contas a pagar (operadoras)

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Terceiros	164.774	83.410
Operadoras	1.385.307	2.477.427
Total	1.550.081	2.560.837

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Consolidado	
		2023	2022 (Não auditado)
Capital de giro - Banco do Brasil	2,14% Pré	-	327.865
Capital de giro - Santander	1,80% Pré	-	1.446.130
Banco do Brasil - Cheque Especial	14,65% a.m	5.269	-
Banco Santander - Saldo Negativo	-	95	-
Debentures Fundo Arara (a)	INPC	2.500.000	-
Total		2.5005.364	1.773.995
Circulante		1.567.864	808.054
Não circulante		937.500	965.941
Total		2.5005.364	1.773.995

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Títulos a vencer		
Até 30 Dias	5.364	-
Até 2024	-	1.446.130
Até 2025	-	327.865
Até 2026	2.500.000	-
Total	2.505.364	1.773.995

Movimentação dos empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.773.995
Captações	2.500.000
Juros	217.809
Pagamentos	(1.991.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.500.000

Vencimento antecipado - Cláusulas restritivas (covenants)

(a) O saldo não está sendo corrigido conforme índice dado que a expectativa é de cumprimento das condições contratuais abaixo:

- a) Descumprimento de quaisquer cláusulas e condições desta Escritura pela Companhia, as quais, se passíveis de serem sanadas, não tenham sido sanadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento de notificação escrita nesse sentido (ou em prazo menor caso prazo específico esteja previsto nesta Escritura);
- b) Reorganização societária da Companhia que implique em mudança de Controle;
- c) Pedido de falência ou recuperação judicial envolvendo a Companhia;
- d) Salvo nos casos de protestos efetuados por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, protesto de títulos contra a Companhia em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- e) Qualquer venda, transferência ou outra forma de alienação, total ou substancial dos ativos da Companhia, inclusive os intangíveis, ou que de outra forma possa ser considerada uma liquidação ou dissolução da Companhia;
- f) Qualquer cessão ou licença com exclusividade com relação a qualquer Propriedade Intelectual da Companhia, exceto para as Sociedades Grupo Fiibo que sejam Controladas pela Companhia, sem o prévio consentimento do Debenturista; e
- g) Uso dos recursos da Emissão para fins alheios ao previsto nesta Escritura, sem o prévio consentimento do Debenturista. Informamos que todas essas cláusulas vem sendo cumpridas e acompanhadas periodicamente e por este motivo, otimizistas que a finalidade do contrato será cumprida, não realizamos neste exercício a correção monetária do valor aportado.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$ 14.563.835 representado por 3.207.095 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

10.2. Reserva legal

A reserva legal é uma parcela do lucro líquido anual que as empresas são obrigadas a destinar até que atinjam um determinado percentual do capital social. Esse percentual é definido pela própria lei, estipulando que 5% do lucro líquido deve ser destinado a essa reserva até que ela atinja 20% do capital social da empresa.

A finalidade principal da reserva legal é fortalecer a estrutura financeira da empresa, proporcionando uma fonte adicional de recursos para momentos de dificuldade ou para investimentos futuros. Além disso, essa reserva funciona como uma garantia para os acionistas e credores, mostrando a capacidade da empresa de enfrentar eventuais crises.

10.3. Distribuição de dividendos

De acordo com a legislação, a distribuição de dividendos deve respeitar alguns princípios e limitações. Em primeiro lugar, a empresa só pode distribuir dividendos se tiver lucro líquido apurado em balanço patrimonial anterior, ou seja, não pode distribuir mais do que realmente lucrou.

Além disso, a lei estabelece que a distribuição de dividendos deve ser feita de forma igualitária entre as classes de ações, a menos que o estatuto social da empresa estabeleça uma preferência para determinada classe de ações.

É importante ressaltar que a distribuição de dividendos está sujeita à disponibilidade de lucros e à decisão da assembleia geral de acionistas. A assembleia pode deliberar sobre a distribuição de dividendos com base nos resultados financeiros da empresa, nas projeções futuras e em outras considerações relevantes.

Por fim, é importante destacar que a distribuição de dividendos não pode comprometer a situação financeira da empresa, especialmente sua capacidade de investimento e sua estabilidade financeira no longo prazo. Portanto, a lei busca equilibrar o interesse dos acionistas por remuneração com a necessidade de preservação do capital e o desenvolvimento sustentável da companhia.

11. Receita Líquida

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Receita bruta de vendas e prestação de serviços		
Prestação de serviço (i)	7.201.440	4.865.152
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas e serviços	(489.688)	(329.217)
Total	6.711.752	4.535.935

(i) O aumento da receita foi impulsionado por novas vendas e aumento de receita de clientes da base.

12. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)
Salários, encargos e benefícios	(1.034.331)	-
Custo de cobertura assistencial	(1.042.297)	(767.816)
Total	(2.076.628)	(767.816)

O aumento nos custos e despesas anuais é explicado pelo investimento direto no negócio. Esses investimentos buscam ampliar e aprimorar a qualidade dos serviços e otimizar a eficiência operacional. Embora representem um dispêndio inicial, a perspectiva de retorno a longo prazo é crucial para fortalecer a empresa e manter sua competitividade

13. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)
Despesas comerciais	-	-	(2.943.790)	(680.825)
Despesas tributárias	(1.059)	-	(2.568)	(14.541)
Despesas com pessoal	(45.195)	-	(1.575.488)	(1.418.033)
Honorários de serviços técnicos	(298.061)	-	(1.322.442)	-
Honorários advocatícios	(147.283)	-	(404.331)	-
Consultoria	(1.284.475)	-	(1.414.475)	-
Licença de software	(1.691)	-	(393.406)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.292.493)	-	(3.487.084)	(1.923.940)
Total	(3.070.257)	-	(11.543.584)	(4.037.339)

O aumento nos custos e despesas anuais é explicado pelo investimento direto no negócio. Esses investimentos buscam ampliar e aprimorar a qualidade dos serviços e otimizar a eficiência operacional. Embora representem um dispêndio inicial, a perspectiva de retorno a longo prazo é crucial para fortalecer a empresa e manter sua competitividade.

14. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (Não auditado)	2023	2022 (Não auditado)
Receitas financeiras				
Juros ativos	-	-	108.742	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	479.333	-	520.612	35.858
Outras receitas financeiras	-	-	172	6.563
Total	479.333	-	629.526	42.421
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	-	-	(217.809)	(135.932)
Outras despesas financeiras	(107.985)	-	(257.313)	(109.058)
Total	(107.985)	-	(475.122)	(244.990)
Resultado financeiro líquido	371.348	-	154.404	(202.569)

15. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Negócio	Apólice	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade civil de administradores e diretores	Grupo Fiibo	27982023000103100000251	R\$ 10.000.000,00	10/08/2024	Akad Seguros S.A
Responsabilidade civil de riscos ambientais	Grupo Fiibo	27982023000103100000251	R\$ 10.000.000,00	10/08/2024	Akad Seguros S.A

16. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Empresa não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	2023		
	Valor justo)	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.630.368	9.630.368	9.630.368
Contas a receber	1.348.203	1.348.203	1.348.203
Total	10.978.571	10.978.571	10.978.571
Passivos			
Fornecedores	1.550.081	1.550.081	1.550.081
Total	1.550.081	1.550.081	1.550.081

Instrumentos financeiros	2022		
	Valor justo)	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	727.849	727.849	727.849
Contas a receber	2.644.730	2.644.730	2.644.730
Total	3.372.579	3.372.579	3.372.579
Passivos			
Fornecedores	2.560.837	2.560.837	2.560.837
Total	2.560.837	2.560.837	2.560.837

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	9.630.368	-	-
Contas a receber	1.348.203	-	-
Total	10.978.571	-	-
		-	-
Passivos		-	-
Fornecedores	1.550.081	-	-
Total	1.550.081	-	-

Instrumentos financeiros	2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	727.849	-	-
Contas a receber	2.644.730	-	-
Total	3.372.579	-	-
		-	-
Passivos		-	-
Fornecedores	2.560.837	-	-
Total	2.560.837	-	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

i) Risco de crédito

A Empresa não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além de proceder o contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Empresa somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating.

ii) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro recursos de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Empresa realiza operações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos riscos de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de commodities. Nossos instrumentos financeiros afetados pelo risco de taxas de juros incluem financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, as aplicações financeiras que são contratadas pela variação do CDI, e, portanto, sujeitas a taxas de juros variáveis.

v) Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possui operações com instrumentos financeiros derivativos

* * *